

## Acessão à OCDE representa oportunidade ao País

O processo de acesso do Brasil à Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE) representa uma oportunidade para o País avançar nas reformas de que necessita. O ingresso na OCDE é um selo de qualidade para políticas públicas e contribui para atrair investimentos estrangeiros, mas o processo de acesso, quando as reformas nas regulações e práticas domésticas são negociadas e implementadas, é tão ou mais importante que o ponto de chegada que é o ingresso na organização. Esta foi uma das principais conclusões da mesa-redonda organizada pelo CEBRI, em parceria com a Apex-Brasil, na manhã da última sexta-feira (11.10), em São Paulo, durante o Fórum de Investimentos Brasil (BIF) 2019.

O evento foi aberto pelo Vice-Presidente do CEBRI, Embaixador José Alfredo Graça Lima, e pelo Diretor de Negócios da Apex-Brasil, Augusto Pestana, e contou com a participação do Presidente da Apex-Brasil, Sergio Segovia, do Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil, Marcelo Barros, e da *Senior Fellow* do CEBRI e Diretora do Centro de Integração e Desenvolvimento (Cindes), Sandra Rios. A mesa redonda reuniu autoridades públicas e representantes de cerca de 30 empresas. Durante o café da manhã, foram debatidas as estratégias do governo para o ingresso do Brasil na OCDE, os impactos do processo para a economia e a necessidade de engajamento da iniciativa privada.

“Não há nenhum demérito em reconhecer que este processo ajuda as reformas necessárias ao Brasil”, comentou Sandra Rios. Segundo o Diretor de Negócios da Apex-Brasil, Augusto Pestana, a OCDE tem como grande função ser um órgão de coordenação de melhores práticas e o processo de acesso será positivo para o país, dentre outros motivos, pelo aumento da credibilidade e da confiança dos investidores no Brasil.

A *Senior Fellow* do CEBRI explicou que o “selo de garantia” associado ao ingresso na OCDE é, de fato, importante, mas talvez não o mais fundamental. “Acho que o mais importante é o apoio que este processo de acesso dará às reformas internas do Brasil. Essa motivação também esteve presente no processo de acesso de outros países, em que o acesso à OCDE ajudou a vencer resistências a reformas necessárias”, afirmou.

O evento ocorreu no dia seguinte à divulgação da informação de que os Estados Unidos estariam apoiando, nesse momento, apenas o início de negociações de acesso da Argentina e da Romênia à OCDE. Segundo Sandra, as notícias ajudaram a atrair a atenção da sociedade ao tema, embora seja importante lembrar que os Estados Unidos já haviam se comprometido com o processo de acesso argentino, iniciado dois anos antes do brasileiro. Isso não significa que os Estados Unidos tenham retirado o apoio ao Brasil, avalia a *Senior Fellow*. É natural que o processo aconteça de forma escalonada.

Sandra lembra que o Conselho de Ministros da OCDE, diante das seis candidaturas de países – Argentina, Brasil e Peru na América do Sul, e Bulgária, Croácia e Romênia, na Europa –, já havia indicado que a negociação começaria com um país latino-americano e um europeu. “Isso não muda

nem o interesse do Brasil iniciar seu processo de acesso à OCDE nem mesmo significa uma perda de interesse da OCDE no Brasil”, afirma. “Dito isso, não quero sugerir que vai ser um processo fácil. O processo de negociação de acesso leva tempo, no mínimo três anos. Em alguns casos o prazo chegou a cinco”.

Os principais desafios no processo brasileiro estariam ligados à reforma tributária, com temas como preços de transferência, regimes sobre importações de serviços e intangíveis, e acordos para evitar bitributação. Alguns dos aspectos talvez não integrem a fase inicial da reforma tributária, mas sim uma segunda etapa. Outro aspecto desafiante seria a questão ambiental, embora o País já tenha pedido adesão a 37 instrumentos relacionados ao meio ambiente. “Certamente os benefícios do processo (de acesso) compensam estes desafios”, complementa Sandra.

Na visão do Vice-Presidente do CEBRI, tudo indica que as empresas enxergam com mais clareza a necessidade de o Brasil crescer através de maior interdependência e melhor inserção internacional, para o que acesso à OCDE ajudaria muito. “Estamos diante de mais um capítulo de um processo que sabemos que é longo, mas estamos perfeitamente preparados para isso. A questão é mais de *timing* do que de qualquer outra divergência sobre a necessidade ou a capacidade de o Brasil se tornar membro da OCDE”, comentou, durante a abertura do evento, o Embaixador Graça Lima.

O Núcleo de Comércio Internacional do CEBRI organiza-se para discutir tendências gerais do comércio internacional, suas implicações para o Brasil, estratégias de inserção internacional, para mapear compromissos e desafios no processo de acesso à OCDE, dentre outras questões. No documento *Por uma Nova Abertura da Economia Brasileira*, o núcleo discute a falta de avanços na política comercial brasileira, desde a abertura dos anos de 1990, e os impactos dessa estratégia para a economia brasileira, propondo que o País avance em direção a um novo movimento de abertura comercial autônoma.

“Embora a abertura comercial não seja uma panaceia, ela será capaz de promover ganhos de produtividade e induzir um conjunto de reformas que resultem na redução do custo Brasil, tornando as empresas brasileiras mais eficientes e competitivas”, conclui o documento, que pode ser acessado [aqui](#).

Já o documento *O Brasil e a OCDE: um caminho natural*, do Cindes, apresenta a dinâmica de funcionamento do organismo internacional, etapas do processo de acesso e aspectos da trajetória da aproximação do Brasil à organização. Acesse [aqui](#).

O documento registra que o Brasil solicitou em maio de 2017 a abertura de negociações para a acesso à OCDE. O processo inclui período de análise e avaliação das políticas públicas brasileiras que deve levar alguns anos e que se desdobra em um processo de negociação sobre os termos de entrada na OCDE.

“Se o processo de acesso e as negociações que o caracterizam forem bem-sucedidos, produzirão compromissos que poderão ter implicações relevantes para a economia brasileira”, pontua o documento, exemplificando a melhoria do ambiente regulatório, modernização institucional,

aprimoramento da governança e convergência em direção às melhores práticas internacionais como benefícios potenciais ao longo do processo.

**Nilson Brandão, Gestão de Conteúdo e Comunicação CEBRI**